DIÁRIO DE PETRÓPOLIS
Quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026

Projeto de Lei institui Programa Municipal de Incentivo ao Comércio Local

O Programa Municipal de Incentivo ao Comércio Local foi aprovado nesta quarta-feira na Câmara Municipal. O projeto de lei, de autoria do vereador Wesley Barreto, tem como objetivos apoiar, fomentar e fortalecer as atividades comerciais e empreendedoras no município, com foco especial em micro, pequenos e médios empresários.

O vereador Wesley Barreto destaca que o comércio local é uma das principais bases da economia petropolitana e enfrenta desafios como alta carga tributária, acesso restrito ao crédito, excesso de burocracia e concorrência com grandes redes e plataformas digitais. Para o vereador, "a criação de políticas públicas estruturadas é essencial para garantir a sustentabilidade dos negócios e ampliar a circulação de renda dentro do próprio município".

A proposta busca estimular o desenvolvimento econômico local, ampliar a geração de emprego e renda e criar um ambiente mais favorável aos empreendedores. O programa prevê a facilitação do acesso ao crédito, a oferta de apoio técnico, a promoção da capacitação e da inovação, o incentivo à digitalização dos negócios, a redução da burocracia e o estímulo à formalização das empresas.

De acordo com o texto, o programa será desenvolvido por meio de ações integradas entre as secretarias municipais, instituições parceiras e entidades representativas do comércio. Entre as medidas previstas estão a concessão de incentivos fiscais, como redução ou parcelamento de tributos municipais, a criação de parcerias para oferta de linhas de crédito facilitadas, a realização de cursos, oficinas e consultorias empresariais, além da implantação de canais digitais para simplificação de processos administrativos. O projeto também prevê apoio à inovação tecnológica e à digitalização dos empreendimentos, bem como a promoção de feiras, eventos e campanhas de estímulo ao consumo local, com o objetivo de valorizar os comerciantes e fortalecer a economia da cidade.

O Projeto de Lei segue para sanção do Poder Executivo Municipal.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 05/02/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATO ME ADM 007/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE
Art.1º - NOMEAR, nos termos da Lei nº 6.749 de 04 de maio de 2010, bem como suas alterações posteriores, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Oficial de Gabinete, símbolo CC-4, Marcus Vinícius Bento Singulani de Figueiredo, conforme processo protocolado sob nº 113/2026 pelo gabinete da vereadora Gilda Beatriz. Cargo vago em função do ATO ME ADM 002/2026.
Art. 2º - O presente ATO entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2026.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, 04 de fevereiro de 2026.

Junior Coruja
Presidente

Marquinhos Almeida
1º Vice-Presidente

Octavio Sampaio
2º Vice-Presidente

Thiago Damaceno
1º Secretário

Profª Lívia
2º Secretário

ATO ME ADM 008/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE
Art.1º- EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial, símbolo CC-2, Lucas Souza Satiro, 1897.024/25, conforme processo protocolado sob nº149 /2026 pelo gabinete do Vereador Wesley Barreto.
Art. 2º- O presente ATO entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 04 de fevereiro de 2026.

Junior Coruja
Presidente

Marquinhos Almeida
1º Vice-Presidente

Octavio Sampaio
2º Vice-Presidente

Thiago Damaceno
1º Secretário

Profª Lívia
2º Secretário

ATA DA 03ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e não havendo número legal, às quatorze horas e cinquenta e sete minutos o Vereador Octávio Sampaio suspendeu a sessão; Registre-se que a sessão foi suspensa às quatorze horas e cinquenta e nove minutos; Registre-se que a sessão foi retomada às quinze horas e dezenove minutos; Verificado o quórum e havendo número legal, às quinze horas e dezenove minutos o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Gil Magno que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** Projeto de Lei nº: 277/2026 da Vereadora Júlia Casamasso; Projeto de Lei nº: 577/2026 do Vereador Junior Paixão; Requerimento de Informação nº: 553 e 554/2026 do Vereador Marquinhos Almeida; Requerimento de Informação nº: 555, 556, 557, 558, 559, 563, 568, 569, 570, 571, 573, 587 e 589/2026 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação Legislativa nº: 592/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação Legislativa nº: 279/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, a Vereadora Júlia Casamasso solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores e Vereadoras passou então à ORDEM DO DIA**:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1358/2024 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4508/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 1775/2025 do Vereador Junior Paixão; a Indicação foi aprovada com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 3523/2025 do Vereador Gil Magno; a Indicação foi aprovada com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação em bloco as Indicações nº: 2362, 2394, 2565, 4320, 4327, 4434, 5044, 5177, 5211, 6021, 6022, 6051, 6052, 6054, 7082, 7092, 7094, 8181, 10367, 10368, 10369, 10414, 10419 e 10420/2025; as Indicações foram aprovadas com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Terminada a **ORDEM DO DIA** e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às quinze horas e cinquenta e dois minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em seguida. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins

ATA DA 04ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às quinze horas e cinquenta e três minutos o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Professora Lívia que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** Indicação nº: 560, 561/2026 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 562, 572/2026 do Vereador Dudu; Indicação nº: 574, 575, 576 e 578/2026 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 580, 583, 584 e 585/2026 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 581 e 582/2026 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Vereador Thiago Damaceno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores e Vereadoras passou então à ORDEM DO DIA**:** Colocado em discussão e votação a Redação Final do GP-Projeto de Lei nº: 9794/2025; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação a Redação Final do Projeto de Lei nº: 7995/2025 do Vereador Tiago Leite; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4792/2025 do Vereador Wesley Barreto; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 6340/2025 do Vereador Carlos Alberto; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Registre-se que o Projeto de Lei nº: 7276/2025 do Vereador Dudu teve pedido de vista; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 9870/2025 do Vereador Léo França; o Projeto foi aprovado com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em discussão e votação em bloco as Indicações nº: 265, 266, 3107, 3150, 3152, 4379, 4381, 4518, 5123, 5166, 5213, 6124, 6125, 6127, 7148, 7149, 7150, 10442, 10443 e 10444/2025; as Indicações foram aprovadas com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Terminada a ORDEM DO DIA, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) JÚLIA CASAMASSO, PSOL --** Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. **Utilizou a tribuna para tratar, inicialm**ente, das fiscalizações realizadas ao longo do dia nos equipamentos de saúde do município, especialmente nos postos de saúde, Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e unidades da Estratégia de Saúde da Família (PSFs), responsáveis pela realização do pré-natal. Informou que tais fiscalizações vêm sendo realizadas com o objetivo de mapear, de forma mais precisa, os dados relativos ao acompanhamento pré-natal na cidade. Ressaltou que, acompanhando os relatórios quadrimestrais apresentados pelo Poder Executivo instrumento fundamental de fiscalização das políticas públicas, tem sido recorrente a dificuldade de obtenção de dados claros e detalhados sobre o pré-natal. Destacou que os relatórios informam apenas o número de mulheres que realizaram de zero a seis consultas, sem discriminar quantas gestantes não realizaram nenhuma consulta, quantas realizaram apenas uma, duas ou até atingir o mínimo de seis consultas, conforme preconiza o Ministério da Saúde. Acrescentou que tal dificuldade já foi apresentada formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, inclusive em audiência pública do quadrimestre, e diretamente ao técnico responsável pela elaboração do relatório. Diante dessa limitação, explicou que as fiscalizações em campo têm como finalidade compreender a realidade do atendimento, verificando quantas gestantes conseguem realizar as seis consultas, acessar exames laboratoriais, ultrassonografias e demais procedimentos necessários ao acompanhamento adequado da gestação. Afirmou que, apesar de ser um trabalho extenso, tem sido extremamente positivo, pois possibilita conhecer de perto os equipamentos de atenção primária do município. Agradeceu às equipes das unidades de saúde pela receptividade, atenção e disponibilidade em prestar informações durante as visitas. No entanto, destacou a existência de grande disparidade entre as unidades. Citou como exemplo positivo a UBS do Quitandinha, que funciona em terceiro turno, das 8h às 20h, permitindo o atendimento de trabalhadores. Em contrapartida, relatou a existência de unidades que necessitam de maior atenção do poder público, com problemas estruturais graves, como salas interditadas pela Defesa Civil, situação considerada inaceitável. Informou que, em um dos casos, a interdição decorre de problemas de esgoto e infiltrações, apesar de o imóvel não apresentar risco estrutural como um todo. Esclareceu que todas as irregularidades encontradas estão sendo formalmente encaminhadas à Secretaria de Saúde, com pedidos de esclarecimento, providências e, quando necessário, solicitação de mudança de sede das unidades. Reforçou que a atenção primária deve ser prioridade absoluta, pois é ela que garante a prevenção de doenças e evita a sobrecarga de outros equipamentos de saúde. Relatou que já foram encontrados postos com infiltrações severas e salas interditadas, inclusive com ocorrência de goteiras durante chuvas. Reafirmou que, além das indicações formais, é imprescindível que haja um Executivo verdadeiramente comprometido com a saúde pública. Destacou ainda as dificuldades de deslocamento da população até unidades de maior complexidade, como o Hospital Alcides Carneiro, localizado em Correias, mencionando que moradores de bairros como o Quitandinha precisam utilizar até três ônibus, sem integração tarifária, para acesso ao atendimento, situação classificada como inadmissível. Informou que as fiscalizações do pré-natal continuarão até que todas as unidades sejam visitadas e que, ao final, será elaborado um relatório consolidado, com cruzamento de dados dos relatórios quadrimestrais e das informações do Ministério da Saúde, a fim de identificar falhas e propor melhorias para garantir o cuidado adequado às gestantes do município. Antes de encerrar, abordou dois outros pontos. O primeiro referente ao Hospital Casa de Caridade (HCC), informando que já realizou três fiscalizações na unidade e que retornará novamente, diante das constantes denúncias de atraso no pagamento dos profissionais, inclusive com pendências relativas ao mês de dezembro. Destacou que, embora se trate de hospital privado, presta serviço ao município, e os atrasos representam risco à continuidade do atendimento. Por fim, tratou das dificuldades enfrentadas pelos convocados do concurso público da educação para a posse. Criticou a justificativa de crise financeira, afirmando tratar-se, na realidade, de uma crise de prioridade, uma vez que há carência de professores, orientadores educacionais e secretários escolares. Defendeu celeridade nas posses, o cumprimento integral das convocações e a inclusão da segunda região, atualmente não contemplada, ressaltando que há vagas, carência e aprovados aguardando para atuar nas escolas no início do ano letivo de 2026. Agradeceu e despediu-se. **2) LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Tratou de três assuntos que considerou de extrema relevância e solicitou a atenção dos demais parlamentares. O primeiro tema abordado foi o retorno das aulas, previsto para a próxima quarta-feira. Informou que vem realizando visitas às unidades escolares e que, no dia em questão, esteve nas escolas Jorge Amado, Rubens de Castro BomTempo e no Liceu Carlos Chagas, encontrando todas as unidades fechadas. Relatou que, ao acessar a área do Centro de Educação Infantil localizado nos fundos do prédio do Liceu Carlos Chagas, constatou situação preocupante, com mato ultrapassando um metro e meio de altura, ausência de telhas, infiltrações internas e evidente falta de manutenção. Criticou a ausência de ações do Poder Executivo para limpeza, manutenção predial e higienização das caixas d'água, destacando que tais medidas são indispensáveis para garantir um retorno às aulas com segurança e tranquilidade. Em seguida, abordou o que classificou como falta de respeito e de sensibilidade do prefeito em relação à Câmara Municipal. Ressaltou que o chefe do Executivo tem a obrigação legal de encaminhar, na primeira sessão legislativa de cada ano, a mensagem oficial do Poder Executivo para apreciação do Legislativo, conforme determina a Lei Orgânica do Município. Informou que, pela primeira vez na história da cidade, essa obrigação não foi cumprida, configurando, em sua avaliação, crime de responsabilidade. Declarou que pretende denunciar o fato e ingressar com as medidas judiciais cabíveis, defendendo que o Legislativo não pode se submeter de forma subserviente ao Executivo. Solicitou o apoio dos demais vereadores para cobrar transparência, ética e responsabilidade do governo municipal. Ainda nesse contexto, mencionou que, ao acessar o portal da transparência, verificou que dados referentes à execução orçamentária de 2025 teriam sido retirados do sistema. Afirmou, contudo, que possui toda a documentação impressa e arquivada em seu gabinete, ressaltando que eventuais alterações no sistema não impedem a fiscalização do Legislativo. Na sequência, solicitou atenção especial dos parlamentares para o que classificou como uma denúncia gravíssima envolvendo o processo legislativo desta Casa. Recordou que o presidente da Câmara, em conjunto com o vereador Júnior Paixão, foi autor da lei que trata da transparência nos reajustes de água e esgoto do município, a qual determina que o prefeito encaminhe à Câmara, com antecedência mínima de 60 dias, o percentual de reajuste. Relatou que o Executivo concedeu reajuste de 7,48% e que ingressou com ação judicial para questionar o índice. No curso do processo, constatou que o projeto tramitou regularmente nesta Casa, foi encaminhado ao Executivo dentro do prazo legal e que, posteriormente, o presidente da Câmara solicitou formalmente o número da lei correspondente. Segundo ele, o prefeito respondeu encaminhando o número da lei, que foi promulgada pela Mesa Diretora. No entanto, informou que, em petição recente apresentada à Justiça, o prefeito alegou que a referida lei seria inexistente, inconstitucional e que teria sido integralmente vetada, imputando à Câmara Municipal a suposta fraude do processo legislativo e a ausência de apreciação do veto. Afirmou que, ao verificar os registros internos, identificou que o alegado veto não possui protocolo oficial nesta Casa, constando apenas uma assinatura de estagiário, datada de 9 de junho, sem indicação do ano, o que classificou como fato extremamente grave. Destacou que o prefeito, ao mesmo tempo em que encaminhou o número da lei à Câmara, posteriormente afirmou judicialmente que a norma não existiria, imputando responsabilidade ao Legislativo. Afirmou que, em sua avaliação, tais condutas configuram grave violação institucional e possível crime de responsabilidade, ressaltando que situações semelhantes estariam ocorrendo de forma recorrente na administração municipal, como alterações posteriores em decretos e modificações de dados no portal da transparência. Por fim, solicitou o apoio da Presidência da Câmara para que o setor jurídico da Casa seja acionado, a fim de adotar as medidas judiciais cabíveis e encaminhar os fatos ao Poder Judiciário, para a devida apuração. Agradeceu ao presidente e aos colegas vereadores, pedindo desculpas pelo tempo prolongado de sua manifestação. Agradeceu e despediu-se. **3) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Criticou a forma como a atual gestão municipal tem conduzido decisões administrativas, afirmando que a Prefeitura frequentemente anuncia medidas, observa a repercussão negativa e, posteriormente, recua ou retira publicações oficiais. Segundo a parlamentar, esse comportamento gera insegurança, falta de planejamento e ausência de transparência. Citou como exemplo o planejamento anunciado para dar posse aos aprovados no concurso da educação, que, embora divulgado, não foi cumprido. Destacou que muitas decisões da Prefeitura chegam ao conhecimento dos vereadores por meio de informações obtidas nos corredores da administração, o que reforça a necessidade de dar publicidade aos fatos para que a população compreenda como as decisões são tomadas e, muitas vezes, revertidas. Relatou que, no dia anterior, tomou conhecimento de que a Prefeitura planejava retirar as orientadoras educacionais dos Centros de Educação Infantil de pequeno porte, que atendem até 80 alunos. Alertou que tal medida representa um modelo de precarização da educação já vivenciado no município em 2017, quando, segundo recordou, foi encaminhado à Câmara um projeto que desmontou o plano de cargos, carreiras e salários da educação, cujas consequências persistem até os dias atuais. Explicou que, à época, o tempo de trabalho das orientadoras escolares foi dobrado, passando de 20 horas em uma única unidade para 40 horas divididas entre duas escolas, sem a correspondente ampliação da gratificação, caracterizando sobrecarga e desvalorização profissional. Ressaltou que o atual planejamento da Prefeitura seguia a mesma lógica de precarização das condições de trabalho das educadoras da educação infantil, mas que a medida foi revista após denúncia pública realizada pela vereança. Afirmou que essa será a postura permanente do mandato: denunciar previamente quaisquer medidas que representem retrocessos na educação e recorrer a todas as instâncias possíveis para impedir ações que precarizem o trabalho das servidoras e servidores da educação e prejudiquem as crianças. Ressaltou que a retirada das orientadoras compromete diretamente o funcionamento das unidades escolares, uma vez que essas profissionais são responsáveis pelo planejamento pedagógico anual, elaborado em conjunto com o corpo docente e a direção, exercendo papel central na organização e no direcionamento pedagógico das escolas. Destacou ainda que, nos Centros de Educação Infantil, as orientadoras são responsáveis pela elaboração de relatórios e pelo planejamento das atividades, e que a supressão dessa função transfere uma carga adicional às educadoras da educação infantil, que já exercem funções docentes sem o devido reconhecimento histórico. Nesse sentido, registrou que houve recente avanço legislativo em âmbito federal, com aprovação e sanção presidencial reconhecendo essas educadoras como profissionais docentes da educação, passando a ser formalmente reconhecidas como professoras. Manifestou, assim, reconhecimento ao movimento "Somos Todas Professoras", que possui representação no município. Ressaltou que o mandato cumpre o papel de dar voz às servidoras e servidores que não conseguem se manifestar publicamente por medo de perseguições administrativas, afirmando que denúncias dessa natureza serão sempre acolhidas e vocalizadas no âmbito legislativo. Na sequência, criticou a atuação da Secretaria Municipal de Educação quanto ao descumprimento de prazos administrativos, especialmente no que se refere ao concurso de remoção. Informou que o resultado do referido concurso deveria ter sido publicado em dezembro do ano anterior, permitindo organização prévia das unidades escolares. Contudo, a divulgação foi adiada para o dia 28 de janeiro, com apresentação dos servidores nas novas unidades já na segunda-feira seguinte, o que, segundo afirmou, demonstra total falta de planejamento, respeito e compromisso com os trabalhadores da educação. Por fim, apresentou a agenda da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara Municipal para apurar o contrato entre a Prefeitura e a concessionária Águas do Imperador. Destacou a existência de uma relação que classificou como, no mínimo, duvidosa, marcada por aditivos contratuais, renovações e ausência de transparência e diálogo com o Legislativo, além do descumprimento de normas legais. Informou que a CPI irá apurar, entre outros pontos, o contrato vigente, a situação da Estação de Tratamento de Esgoto do bairro Independência e a tubulação da Rua Coronel Veiga. Comunicou que já vêm sendo identificadas diversas irregularidades na atuação da concessionária no município e que tais fatos constarão do relatório final da Comissão. Anunciou que, na sexta-feira daquela semana, ocorrerão as oitivas do poder público, com transmissão pela TV Câmara, e que, na semana seguinte, serão realizadas escutas da população e das comunidades afetadas, além da continuidade das oitivas com representantes do Executivo. Reforçou o compromisso da CPI com a máxima transparência e convidou a população a acompanhar os trabalhos por meio dos canais oficiais da Câmara Municipal. Agradeceu e despediu-se. 4**) DOMINGOS PROTETOR, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Comunicou uma boa notícia à população, em especial aos defensores da causa animal, informando que o município retomará o programa de castração de animais. Segundo explicou, a previsão é de que as castrações sejam retomadas a partir do final do mês de fevereiro, após o período do Carnaval, com datas ainda a serem definidas. Destacou que a retomada do programa atende a uma demanda histórica da causa animal e da população que não possui condições financeiras de arcar com os custos de uma castração particular. Ressaltou que a castração é uma das principais ferramentas para o combate aos maus-tratos e ao abandono de animais, uma vez que a reprodução descontrolada gera grande número de filhotes, que muitas vezes acabam sendo abandonados, criando um ciclo contínuo de sofrimento e também um problema de ordem sanitária. Afirmou que atua nesta Casa representando não apenas os animais, mas também as pessoas que convivem com eles, e que, por meio de diálogo com o Poder Executivo, foi possível viabilizar a retomada do programa de castração no município. Informou ainda que, embora não tenha exercido mandato no ano anterior, buscou dados oficiais e constatou que, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelo município, foram realizadas aproximadamente 3.800 castrações em 2024, número considerado relevante, embora inferior ao alcançado em legislaturas anteriores. Recordou que, em período anterior, com apoio do município e parceria com o programa estadual RJ PET, foi possível realizar cerca de 8.000 castrações em um único ano, número que, se mantido ao longo do tempo, permitiria alcançar praticamente a totalidade dos animais do município. Informou que o programa RJ PET foi interrompido, mas que há expectativa de retorno, motivo pelo qual o vereador afirmou estar em diálogo com o Governo do Estado para viabilizar novamente a presença do castramóvel estadual em Petrópolis, como forma de reforçar as ações municipais. Nesse contexto, agradeceu ao Secretário Municipal de Saúde, Aloísio Barbosa, e ao Prefeito Hingo, pelo empenho e sensibilidade em viabilizar a retomada das castrações no município. Na sequência, abordou a problemática dos cavalos soltos em vias públicas, situação recorrente em diversas comunidades do município, como regiões do Alemão, Neylor e Estrada da Saudade. Destacou que animais bem cuidados não representam problema, mas que cavalos encontrados soltos, em condições inadequadas ou em evidente situação de maus-tratos devem ser recolhidos, tanto por questões de proteção animal quanto de segurança pública. Informou que, apesar de existirem entraves estruturais, o município está trabalhando, em conjunto com o prefeito, para solucioná-los e que há disposição do Executivo em enfrentar essa situação. Anunciou que será elaborado, ainda no final do mês corrente ou início do mês seguinte, um plano de ação para o recolhimento dos cavalos que estiverem em situação irregular. Esclareceu que todos os animais encontrados em vias públicas, sem regularização ou em situação de maus-tratos, serão recolhidos. Explicou que os cavalos recolhidos são encaminhados ao curral municipal, onde recebem tratamento adequado, são chipados, cadastrados junto à pecuária estadual e posteriormente destinados à adoção responsável, garantindo que não sejam submetidos novamente à fome, trabalho forçado ou maus-tratos. Em continuidade, apresentou outro projeto voltado à causa animal, de sua autoria, elaborado em legislatura anterior, denominado "Consultório de Rua PET". Informou que o projeto já foi discutido com a Secretaria Municipal de Saúde e encontra-se em fase inicial de implementação. Explicou que o projeto consiste em um ônibus adaptado, semelhante ao consultório de rua destinado à população em situação de vulnerabilidade, porém voltado ao atendimento de animais. Segundo detalhou, o consultório contará com médico veterinário, auxiliar veterinário, insumos e medicamentos, realizando atendimentos básicos nas comunidades, como consultas simples, vermifugação, orientações e, por meio de parcerias com a iniciativa privada, distribuição de ração e medicamentos. Informou que a expectativa é que o projeto saia do papel e comece a ser executado até o mês de maio. Agradeceu e despediu-se. **5) WESLEY BARRETO, PRD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que tem plena ciência dos problemas, dificuldades e mazelas enfrentadas pela população de Petrópolis, ressaltando que o mandato tem atuado de forma constante na fiscalização e na cobrança por melhorias e por dias melhores para a população. Informou, contudo, que também considera fundamental comunicar boas notícias e políticas públicas positivas que estão sendo implementadas no município. Inicialmente, destacou a homologação da licitação para a obra de contenção e drenagem na Rua Rio Grande do Sul, no bairro Quitandinha, local que foi severamente afetado por deslizamento e desabamento de via no ano de 2025, impactando diretamente os moradores da região. Relatou que acompanhou a situação desde o primeiro momento, esteve presente no local, dialogou com os moradores, fiscalizou e oficiou a Secretaria Municipal de Obras. Nesse sentido, afirmou ter recebido com satisfação a notícia comunicada pelo prefeito Hingo acerca da homologação da licitação, que permitirá a abertura do processo necessário para a execução da obra de contenção e drenagem, possibilitando que a via retorne à normalidade e garantindo maior segurança à população local. Destacou que obras dessa natureza são fundamentais para a prevenção de tragédias, especialmente em uma cidade como Petrópolis, historicamente afetada por fortes chuvas e instabilidades em encostas. Ressaltou que as cobranças e fiscalizações do mandato têm contribuído para que respostas concretas cheguem à população, protegendo vidas e melhorando a qualidade de vida dos moradores. Parabenizou o prefeito Hingo pela iniciativa e agradeceu também ao secretário municipal de Obras, Maurício, pelo encaminhamento da demanda. Na sequência, o vereador destacou outra boa notícia de interesse coletivo, especialmente na área da saúde, ressaltando que diariamente os parlamentares recebem inúmeras demandas da população relacionadas à dificuldade de acesso a exames, consultas, cirurgias e demais procedimentos de saúde. Informou que, em resposta a essas demandas e às fiscalizações realizadas pelo Legislativo, foi anunciado o programa "Tem Mais Especialistas", em parceria com os governos estadual e federal. Explicou que o programa, anunciado pelo prefeito em conjunto com o secretário municipal de Saúde, Aloísio Barbosa, ampliará a capacidade de atendimento à população de Petrópolis, por meio da oferta de mais exames, consultas e cirurgias, além de parcerias e convênios com hospitais e clínicas privadas do município, como o SMH e a Clínica Tanuri. Ressaltou que essa iniciativa contribuirá significativamente para a redução das filas de espera e para a ampliação do acesso da população aos serviços essenciais de saúde. Enfatizou que tais políticas públicas são resultado direto das fiscalizações e cobranças realizadas pelo Legislativo, e que é dever do vereador não apenas fiscalizar, mas também informar a população sobre os avanços conquistados. Destacou que essas ações representam uma resposta concreta do mandato às demandas diárias da população de Petrópolis. Por fim, agradeceu ao presidente da Casa e afirmou que fez questão de registrar essas duas boas notícias para reafirmar o papel do vereador como fiscalizador, cobrador e também como agente de informação à população, destacando que o trabalho legislativo tem gerado resultados efetivos e positivos para a cidade. Agradeceu e despediu-se. Terminada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS** e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezessete horas e dez minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis às quatorze horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins

ATA DA 05ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum havendo número legal, às quatorze horas e cinquenta e seis minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Professora Lívia que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** Projeto de Lei nº: 626, 643, 646/2026 da Vereadora Professora Lívia; Projeto de Lei nº: 627/2026 da Vereadora Gilda Beatriz; Projeto de Lei nº: 652/2026 do Vereador Junior Paixão; Requerimento de Informação nº: 645/2026 da Vereadora Professora Lívia; Requerimento de Informação nº: 654 e 655/2026 do Vereador Léo França; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, a Vereadora Professora Lívia solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores e Vereadoras passou então à ORDEM DO DIA**:** Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 8366/2025 do Vereador Wesley Barreto; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação em bloco dos Projetos de Resoluções nº: 7484, 8597, 8992, 9196, 9296, 9380, 9651, 9678, 9700, 9701, 9712, 9877, 9920, 9943, 9984, 9987, 10155, 10156 e 10473/2025; os Projetos foram aprovados com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação em bloco as Indicações nº: 254, 773, 2771, 2775, 2890, 3094, 4422, 4429, 4432, 5164, 5170, 5175, 6041, 6045, 6046, 6128, 7081, 7151, 7152, 9957, 9959, 9961, 10439, 10440, 10441 e 10449/2025; as Indicações foram aprovadas com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Tiago Leite; Terminada a **ORDEM DO DIA** e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às quinze horas e vinte e oito minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em seguida. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins